

# “Queremos a Fatma como ferramenta de fomento”

*Presidente da Fundação do Meio Ambiente (Fatma), é formado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Direito pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali) e mestre em Gestão pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, Portugal. Atua há mais de uma década na Fatma, onde começou como procurador jurídico, em 2005 e, em abril de 2014, assumiu como presidente. O trabalho desempenhado à frente da Fundação chamou a atenção do governador Raimundo Colombo, que o nomeou para ser presidente do órgão neste segundo mandato. O foco de atuação de Waltrick está em tornar a Fatma mais forte e ágil, dando um respaldo satisfatório para a sociedade, principalmente na questão de preservação ambiental e licenciamento. Nessa entrevista exclusiva concedida à Coluna Pelo Estado, ele falou da necessidade de transformar a Fundação em Instituto, a fim de dar mais agilidade aos processos e, com isso, contribuir para o desenvolvimento do Estado: “Estamos ultrapassados”.*



**[PeloEstado] - Qual é, hoje, o cenário da Fatma?**

**Alexandre Waltrick** - Como qualquer órgão público do Estado, é de dificuldade, de contenção de despesas, de algumas incertezas em relação à segurança jurídica de alguns atos que a Fatma emite, mas é um cenário também promissor, porque a atenção para as questões ambientais tem crescido muito. Em consequência, a importância que se dá aos órgãos ambientais cada vez aumenta mais. Sabemos que tem muitas dificuldades, como órgão público que é, acompanhadas de muita esperança de que haja uma mudança de mentalidade e na legislação para que possamos passar de vez para a sociedade a importância de se ter um órgão ambiental capacitado, célere, desburocratizado, com responsabilidade na área e efetivo cuidado com o meio ambiente. É o que dará condições de utilização do órgão como ferramenta de fomento.

**[PE] - O que tem sido feito para que a Fatma passe por essas mudanças?**

**AW** - Temos vinculação com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS) e queremos que continue assim, porque a equipe é muito solícita e o secretário Carlos Chiodini é parceiro. Mas temos que mudar o regime jurídico da instituição e isso é meta da gestão dele. Hoje é um regime fundacional e somos o único órgão do país da área ambiental que continua nesse regime. Estamos ultrapassados. Queremos transformar a Fatma em administração pública direta. Com isso, teremos respostas mais rápidas para alguns pleitos. Por exemplo, quando temos que firmar algum convênio com o Ibama ou com o Chico Mendes, institutos de âmbito federal, sempre necessitamos da chancela de algum outro órgão do Estado. Queremos fazer isso de forma direta, com mais autonomia. O modelo que consideramos mais viável é a criação do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina.

**[PE] - Isso já está sendo encaminhado?**

**AW** - Em junho do ano passado montamos uma comissão interna para, primeiro, entender os nossos problemas. Depois, essas fragilidades foram mapeadas em um diagnóstico, já com propostas de solução para os problemas. Há cerca de quinze dias esse estudo foi entregue ao governador Raimundo Colombo e já está com o grupo gestor. A proposta é que se faça uma análise célere para que se envie logo à Assembleia Legislativa o que tiver de encaminhamento legal. O que for de ordem burocrática, independente do Legislativo, vamos corrigir internamente. Acredito que, se tudo correr bem, até o final de 2015 a Fatma será transformada em instituto.

**[PE] - Podem ocorrer entraves na Assembleia?**

**AW** - Os deputados entendem os problemas que a Fatma tem e são parceiros. Tenho certeza que, no momento em que passar a tramitar na Assembleia, não teremos dificuldades. E vamos fazer quantas reuniões forem necessárias para tirar dúvidas e para que a mudança seja aprovada com rapidez. Mas todos os deputados sabem que se não melhorar, se não desburocratizar, se não dermos celeridade para as ações do órgão, vai acabar acontecendo um represamento de pedidos de licença e não vamos mais conseguir dar respostas.

**[PE] - O que chamou mais a atenção no diagnóstico feito?**

**AW** - Evasão de servidores. Nos últimos dois concursos da Fatma, de 2011 e de 2013, o governo do Estado chamou todos os aprovados. Todos! E nós já tivemos uma evasão de 49%, detectada pelo próprio Tribunal de Contas do Estado (TCE-SC). Os motivos principais são baixos salários e insegurança jurídica. É muito arriscado trabalhar no meio ambiente. Qualquer ato pode ser questionado e resultar em um processo criminal ou em um processo civil.

Nós passamos 43% do nosso tempo respondendo ao Ministério Público Estadual ou Federal o porquê dessa ou daquela decisão. E nós já somos fortes em coibir ações ilícitas. Tanto que, até hoje, nenhum servidor da Fatma foi condenado por corrupção. O que acontece é que os profissionais entram aqui, acumulam conhecimento e vão para a iniciativa privada, uma vez que não conseguimos pagar sequer o que o mercado paga.

**[PE] - Com a criação do Instituto do Meio Ambiente isso pode mudar?**

**AW** - Pode, porque vamos fazer contrato de gestão com o servidor, que vai trabalhar mais e trazer resultados mais efetivos para o Estado. Em consequência, terá remuneração melhor. Sabemos das dificuldades financeiras do Estado, mas a Fatma, se bem trabalhada, consegue suprir suas necessidades de recursos. Não é sair dando licença de forma irresponsável, mas desburocratizar os processos. É um ciclo. Se você emite licença para uma fábrica, ela vai gerar comprar em outras fábricas e vai empregar pessoas e isso faz girar a economia, inclusive com pagamento de tributos. E hoje, a Fatma, da forma como está estruturada, está até atrapalhando o desenvolvimento.

**[PE] - Qual é a média de demora para um licenciamento.**

**AW** - A legislação diz que a licença ambiental deve ser emitida em até 90 dias. Em alguns casos, como o Estudo de Impacto Ambiental, até 12 meses. Mas temos aqui alguns casos que estão há quatro ou cinco anos esperando. Só o que os empresários querem é uma resposta, positiva ou negativa, mas uma resposta. E isso não pode demorar cinco anos. Queremos mudar isso. Se o consultor contratado pela empresa afirma que o empreendimento é viável, do ponto de vista ambiental, não temos que refazer todo o estudo para verificar se é mesmo, mas acatar o que foi firmado por aquele consultor. Será uma

autodeclaração, mas com muita responsabilidade, até porque estará sujeita à fiscalização.

**[PE] - Quantos processos estão parados?**

**AW** - Hoje, são perto de 7 mil processos vencidos. Isso representa em torno de R\$ 50 bilhões de investimentos que estão esperando para serem feitos. Isso representa de R\$ 8 bilhões a R\$ 10 bilhões que deixam de ser arrecadados anualmente em impostos.

**[PE] - Como é a atuação da Fatma no interior do estado?**

**AW** - Temos as nossas 16 regionais e previsão para abrir mais algumas. Mas há a questão de contenção de despesas que estamos vivendo. E se conseguirmos as mudanças planejadas, a informatização terá que ser plena na Fatma, o que pode dispensar a necessidade de abrir espaços físicos e contribuir para a formação de um banco de dados consistente. Hoje não somos integrados via web e esse é um dos pontos de gargalos que temos. Não podemos mais ter papel em nossos processos. Órgão ambiental não pode ter papel! Isso depõe contra a nossa imagem. São quatro pilares. Temos que modernizar o órgão, valorizar o servidor, informatizar e, o grande pulo do gato, promover a alteração legislativa. Muitas leis precisam ser regulamentadas ou alteradas. Nosso Código Ambiental está aí desde 2009, com alguns aditivos que podem facilitar a vida de todo mundo, mas que ainda não foram regulamentados. E não adianta mexer só em um pilar. Temos que fazer uma reformulação geral.

**[PE] - Há planos para a criação de novas unidades de conservação?**

**AW** - Temos perspectivas de criar mais duas, mas nosso foco para 2015 sedimentar as que já existem. Temos 13, entre unidades e reservas. A dificuldade está na gestão dessas áreas, o que exige a regulamentação e a legalização, com plano de manejo e projeto

de regularização fundiária. Tem muitas unidades criadas por lei, já há bastante tempo, e as pessoas até hoje não foram indenizadas. Com a modernização poderemos buscar recursos para a conclusão do processo de criação dessas unidades. Estamos reinaugurando o Centro de Visitação do Parque Araucária, em São Domingos, e estamos fazendo a reforma da parte física do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, na Grande Florianópolis, que deve ficar pronto em até 60 dias. Terminamos o projeto de criação de parque urbano no Rio Vermelho, também em Florianópolis, e estamos concluindo o processo de criação do Parque Estadual do Acaraí, em São Francisco do Sul, inclusive começando a pagar as indenizações. Entre as que planejamos criar, uma é a da Serra do Baú, em Ilhota, que será emblemático. É uma área que tem relevância ambiental e ecológica e que não pode ser ocupada, o que vinha ocorrendo de forma irregular. É uma forma de preservar a memória e prestar uma homenagem aos que morreram na tragédia de 2008. Quem está criando é o município e nós estamos passando os recursos. Será uma resposta de impacto nacional: Santa Catarina transformou um acontecimento trágico em uma ação ambiental e social relevante.

**[PE] - Qual o papel da Fatma no SC+ Energia?**

**AW** - Muito importante, porque nós vamos liberar as licenças para os empreendimentos novos. Estamos criando uma força tarefa e efetivando 28 novos servidores para dar agilidade aos processos. Conseguimos regulamentar uma norma, o que já deveria ter ocorrido há três anos, que é o Termo de Referência para Avaliação Integrada de Bacias. Por conta disso, ficamos muito tempo sem licenciar. Muito do que sofremos hoje, no país inteiro, é por falta de um planejamento que deveria ter sido feito lá nos anos 1950.